

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ROGERIO CALAZANS DE FREITAS**

**AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO  
ORÇAMENTO MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU –  
PR.**

**Foz do Iguaçu**

**2011**

**ROGERIO CALAZANS DE FREITAS**

**AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO  
DO ORÇAMENTO MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE FOZ DO  
IGUAÇU – PR.**

**PROJETO TÉCNICO apresentado à  
Universidade Federal do Paraná  
para obtenção do título de  
Especialista em Gestão Pública Municipal.  
Orientador: Prof. Rodrigo Soares**

**Foz do Iguaçu  
2011**

## RESUMO

*Atualmente no Brasil a maioria dos Municípios adota o sistema de Elaboração Orçamentária Centralizada, onde o Chefe do Executivo define com sua equipe as prioridades de aplicações dos recursos públicos Municipais, sem grandes possibilidades de intervenção direta da população neste processo de decisão.*

*Este trabalho visa propor a alteração da atual modalidade orçamentária no Município de Foz do Iguaçu-Pr, sugerindo o Orçamento Participativo como opção. O Orçamento Participativo pode ser considerado uma ferramenta que possibilite a efetiva participação da população no processo decisório, no que diz respeito à definição de prioridades para aplicação dos recursos públicos.*

*São apresentadas experiências de outras cidades que adotam esta modalidade Orçamentária e os passos necessários para a Implementação no Município de Foz do Iguaçu.*

# SUMÁRIO

	Pág.
• 1 – Introdução	05
• 2 – Apresentação / Problemática	06
• 3 - Objetivo Geral do trabalho	07
○ 3.1 - Objetivos específicos do trabalho	08
○ 3.2 - Justificativas do objetivo:	08
• 4 - Revisão teórico-empírica:	09
• 5 – Metodologia	14
• 6 - Organização Pública estudada	15
○ 6.1 – descrição Geral	15
○ 6.2 – Diagnóstico – Situação Problema	16
○ 6.3 – Desenvolvimentos da proposta e plano de implantação	21
○ 6.4 – Recursos Necessários	23
• 7 – Resultados Esperados	24
• 8 – Riscos e Problemas Esperados e Medidas Preventivo-Corretivas	24
• 9 – Conclusão	25
• 10 – Anexos	27
• 11 – Referencias Bibliográficas	33

## 1 - Introdução

*A história da Administração iniciou-se num tempo muito remoto, mais precisamente no ano 5.000 a .C, na Suméria, quando os antigos sumerianos procuravam melhorar a maneira de resolver seus problemas práticos, exercitando assim a arte de administrar. (GOMES, 2005).*

*“A necessidade de organizar os estabelecimentos nascidos com a revolução industrial levou os profissionais de outras áreas mais antigas e maduras a buscar soluções específicas para problemas que não existiam antes. Assim a aplicação de métodos de ciências diversas para administrar estes empreendimentos deu origem aos rudimentos da ciência da administração.” Fonte : [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org), a enciclopédia livre.*

*A administração como ciência, tem seu surgimento no período da Revolução Industrial, com o surgimento de modelos de produção em larga escala e a necessidade de análise, consultoria e supervisão dos diferentes processos que ocorrem na organização. Com isso, e o decorrer do tempo gerando mudanças no contexto organizacional e social, ocorre o surgimentos dos Modelos de Gestão. Realizando uma análise precisa do conceito, afirma-se que: A palavra "Modelo" tem sua origem no latim "Modulus" que significa um molde, ou forma. A Gestão se baseia nas funções evidenciadas por Fayol, que são: planejar, organizar, controlar, coordenar e comandar, no ambiente organizacional (CHIAVENATO,1996).*

*Com isso, formula-se o conceito de Modelo de Gestão como uma ferramenta que se baseia em análises e experiências anteriores para elaborar métodos de como administrar, aplicando-os na organização mediante sua necessidade e adaptando-os à sua cultura e processos. (MAXIMIANO, 1995)*

*Segundo Ramillo (2010, p. 1), a Administração Participativa (Gestão Participativa), é um modelo de gestão atual e contemporâneo que enfatiza as pessoas, que fazem parte da organização. E segundo Maranaldo ( 1989, p. 60), a Administração Participativa é o conjunto harmônico de sistemas, condições organizacionais e comportamentos gerenciais que provocam e incentivam a participação de todos no processo de administrar, visando através dessa participação, o comprometimento com os resultados (eficiência, eficácia e qualidade) não deixando a organização apresentar desqualificação.*

*A democracia surgiu à cerca de dois mil anos na Grécia Antiga, nesta época podemos dizer que o seu berço foi Atenas. A democracia desenvolvida pelos gregos era a direta, ou seja, os cidadãos gregos decidiam pessoalmente todas as questões públicas.( PINTO, 2003).*

No Brasil pode-se ver atualmente, a Democracia Representativa (com representantes eleitos para representar o povo) ceder cada vez mais lugar, à Democracia Participativa, onde de uma forma mais intensa, direta e efetiva o povo pode participar de decisões que podem interferir diretamente em sua qualidade de vida.

A Gestão Participativa tem no Orçamento Participativo sua principal ferramenta de aproximação da população com o processo decisório, no que se refere à destinação e aplicação de recursos públicos que produzirão ações que visam o atendimento aos anseios da população.

## **2 – Apresentação / Problemática:**

A centralização das decisões relativas à aplicação dos recursos públicos, ou a baixa participação da população nestes processos, podem não refletir que os anseios da população não estão sendo plenamente satisfeitos, isto porque cada governante tem sua forma de trabalho, bem como suas prioridades para atuação conforme seus planos de governo. Atualmente a maioria das cidades Brasileiras utiliza o mesmo formato de elaboração orçamentária. Em resumo pode-se dizer que: são geralmente elaboradas pela prefeitura e encaminhadas para apreciação e aprovação pela Câmara de Vereadores, e posteriormente apresentadas à população apenas em audiências públicas com seu conteúdo já definido. Os vereadores tem a prerrogativa de apresentar emendas à lei orçamentária proposta pelo poder Executivo Municipal, e propor emendas ao texto da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Atualmente no Brasil a maioria dos Municípios adota o sistema de Elaboração Orçamentária Centralizada, onde o Chefe do Executivo (o Prefeito), define com sua equipe as prioridades de aplicações dos recursos públicos Municipais, sem grandes possibilidades de intervenção direta da população neste processo de decisão. Os representantes do povo neste processo, são os vereadores eleitos pela população através do voto direto. De um modo geral a população transfere a sua obrigação de acompanhar e fiscalizar as ações do executivo para estes representantes. Outro fato a ser considerado, é que a grande maioria da população não se faz presente nas sessões da

Câmara de Vereadores para acompanhar as ações dos vereadores eleitos, e da mesma forma não vem se fazendo presente no processo de acompanhamento da destinação dos recursos aplicados pelo Executivo, restando na maioria das vezes aos meios de comunicação, organizações civis, associações da sociedade civil organizada, a tarefa de questionar ou solicitar alterações das prioridades definidas pelo Executivo Municipal.

Com a instituição de uma gestão mais participativa a população passa a ser estimulada a participar mais, e pode ter ampliadas as suas possibilidades de participação direta no processo decisório, além de ter a oportunidade de ter dirimidas divergências do que são considerados projetos prioritários pelo Executivo em comparação com os verdadeiros anseios da população. Podemos concluir também que a participação popular na tomada de decisões, relativas à aplicação dos recursos públicos, propicia uma ampliação dos laços democráticos e um excelente exercício para a expansão dos princípios democráticos.

Mas a implantação da prática do Orçamento Participativo pode receber rejeições de alguns Governantes ou legisladores, como é relatado pela então responsável pela implantação do Orçamento Participativo na Cidade de Salvador – BA em 2006, e registrado em entrevista ao Portal Gestão Social, visto que alguns vereadores podem partir da premissa que estão perdendo parte de seu espaço no que se refere à indicação de obras e serviços públicos junto ao Executivo, premissa esta que não se fundamenta, pois o papel do legislador é muito mais amplo; e independente da modalidade do Orçamento Municipal, a Câmara de Vereadores sempre participará do processo de aprovação do mesmo, inclusive com a proposição de emendas, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e pode ser verificado nas cidades onde o modelo de Orçamento participativo é praticado, como Vitória-ES, Osasco-SP, Porto Alegre-RS, Belo Horizonte-MG, entre outras.

### **3 - Objetivo Geral do trabalho**

Propor um modelo de Orçamento Participativo para o Município de Foz do Iguaçu – PR.

### **3.1 - Objetivos específicos do trabalho**

1. Apresentar o Orçamento Participativo como uma ferramenta de Gestão para a Administração Pública Municipal.
2. Apresentar experiências de cidades que adotaram o Orçamento Participativo como modalidade Orçamentária.
3. Levantar dados e descrever o atual sistema de elaboração do Orçamento Municipal.
4. Elaborar uma sugestão de modelo de Orçamento Participativo para implementação baseado nas características do Município.

### **3.2 – Justificativas do objetivo:**

A participação popular na definição direta de quais são as prioridades em termos de obras e serviços e o incentivo à participação popular enriquecem grandemente o processo democrático de governo em qualquer instância do Estado.

No Município de Foz do Iguaçu, a elaboração orçamentária está sendo realizada em consonância com o preconizado no art. 165 da CF de 1988. São elaboradas três peças chaves que norteiam as ações relacionadas à elaboração e execução orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária anual (LOA).

Tudo isto é feito pela equipe técnica da Prefeitura Municipal e encaminhada para a aprovação junto a Câmara Municipal. Durante este processo são realizadas audiências públicas para exposição da proposta de Orçamento, onde a população pode vir a ter acesso ao conteúdo do projeto de Lei.

Pode-se ver que a participação popular no processo de elaboração orçamentária e consequentemente o acompanhamento de sua execução no Município de Foz do Iguaçu é muito baixa. Primeiro pela divulgação das audiências públicas feita de forma pouco incisiva e com meios de comunicação com pouca penetração junto a maioria da população, principalmente a de menor instrução. Em geral esta divulgação se dá por jornais e pela internet, dificultando o acesso por parte deste grupo de pessoas citado anteriormente. Com o intuito de promover um maior debate a cerca das prioridades elencadas pela população, e divulgar melhor as ações do executivo relacionadas à confecção e execução do Orçamento municipal, está sendo elaborada esta proposta de

implementação do orçamento participativo para o Município, onde a população poderá participar diretamente das decisões relativas a aplicação dos recursos públicos, bem como opinar de forma mais direta nas definições das prioridades de aplicação destes recursos.

#### **4 - Revisão teórico-empírica:**

Breve Histórico sobre o Orçamento Público:

Segundo Andrade, Galant e Zolet (2000, p. 1), os primeiros relatos a respeito do Erário Público (Tesouro) e o regime de contabilidade no então Império brasileiro datam de 1808, e as primeiras ideias de Orçamento formal veio com a Constituição Imperial de 1824, proposta orçamentária esta que era preparada pelo Executivo e encaminhada para aprovação pela Assembleia Geral (Câmara dos Deputados e Senado).

“Em 1934, com a Constituição outorgada, a competência da elaboração da proposta orçamentária é atribuída ao Presidente da República. O Legislativo encarregava-se da votação do orçamento e do julgamento das contas do Presidente, com o apoio do Tribunal de Contas.

Com a constituição de 1946, o orçamento voltou a ser do tipo "misto": o Executivo elaborava o projeto de lei de orçamento e o encaminhava para discussão e votação nas casas legislativas, fatos que se observam até os dias atuais.

Em abril de 1986, o Governo Federal preocupado com a informação, criou, na estrutura do Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com a finalidade de promover a modernização e a integração dos sistemas de acompanhamento e controle de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Em maio de 2000, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que além de estabelecer novos conteúdos para a LDO e para a LOA, dispôs sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, aplicada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conciliando com a nova estrutura da classificação orçamentária estabelecida pela Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão.“  
(ANDRADE, GALANTE E ZOLET, 2000).

Como peças principais no âmbito da orçamentação Municipal podemos destacar :

O PPA – Plano Plurianual, que é uma lei destinada a orientar o planejamento a médio e longo prazo, e visa orientar as elaborações orçamentárias de períodos menores

de tempo sem a influência das alternâncias de governo e busca também manter a continuidade das ações.

A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma lei que dentro das metas apresentadas no PPA, define diretrizes para a elaboração da LOA- Lei Orçamentária Anual.

A LOA – Lei Orçamentária Anual é a peça onde são apresentadas as receitas e as despesas previstas para cada exercício anual. Nela também são apresentados mecanismos de flexibilização que o executivo pode lançar mão, em caso de necessidade, para executar remanejamentos, supressões e aberturas de créditos suplementares.

Com relação aos Tipos de Orçamentos na área pública podemos destacar:

**a) Orçamento base zero ou por estratégia**

*De acordo com SILVA (2000, p. 70):*

O orçamento por estratégia é um processo operacional, de planejamento e orçamento, que exige de cada administrador a justificativa detalhada dos recursos solicitados. Esse procedimento exige que todas as funções dos departamentos sejam analisadas e identificadas em pacotes de decisão, os quais serão avaliados e ordenados pela sua importância.

**b) Orçamento de desempenho ou realizações**

Este tipo de orçamento apresenta duas dimensões: o objeto de gasto e um programa de trabalho, destacando as ações desenvolvidas. “O orçamento de desempenho, embora já ligado aos objetivos, não poderia, ainda, ser considerado um orçamento-programa, visto que lhe faltava uma característica essencial, que era a vinculação ao Sistema de Planejamento.” (ANDRADE, GALANTE E ZOLET, 2000).

**c) Orçamento participativo**

Orçamento Participativo é uma modalidade onde a comunidade participa das decisões relacionadas à aplicação dos recursos, decidindo juntamente com a administração pública as prioridades a serem atendidas.

**d) Orçamento-programa**

*Para Silva (2000, p. 47):*

É um plano de trabalho governamental expresso em termos monetários, que evidencia a política econômico-financeira do Governo e em cuja elaboração foram observados os princípios da unidade, universalidade, anualidade, especificação e outros.

Nele são demonstrados os propósitos, objetivos e metas para as quais a administração solicita os recursos necessários, identificando os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa.

**e) Orçamento tradicional ou clássico**

Este tipo de orçamento era caracterizado por dar ênfase apenas aos gastos, não sendo levado em conta um processo maior de planejamento. Também eram apresentadas previsões de receitas e autorizações para as despesas.

Dando ênfase ao Orçamento Participativo e seu processo de surgimento, temos:

De acordo com (GOMES, 2011) em texto extraído do Boletim Jurídico – ISSN 1807-9008, em [www.boletimjuridico.com.br](http://www.boletimjuridico.com.br), temos que *“com o advento do Estatuto das cidades (Lei 10.257 de 19 de julho de 2001), passou a ser responsabilidade do Município a gestão democrática da Cidade como eixo estratégico na implementação da política urbana integrada, promovendo a reforma urbana dos Municípios brasileiros. Dessa forma, passava a ser desenvolvido um sistema de planejamento democrático que assegure a participação popular e integre os órgãos da política setorial, como os Conselhos, Secretarias e Coordenadorias com órgãos regionalizados, como as subprefeituras, associações de bairros e regiões administrativas.*

*A participação da sociedade deve compreender, dentre outros, o direito de iniciativa popular, de audiência pública, orçamento participativo, tribuna popular, participação por meio de “ombudsman”, apresentação de propostas e emendas aos instrumentos de planejamento oriundas de entidades, associações ou sindicatos e demais instituições representativas locais; de consultas públicas por meio de plebiscito e referendo mediante a solicitação da comunidade. ... O próprio Estatuto das Cidades (lei n. 10.257/01) prevê a realização de debates, audiências e consultas públicas nos processos de elaboração e discussão dos Planos Plurianuais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual.”*

Dentre tantos mecanismos de participação popular, este trabalho se ateve ao Orçamento Participativo, que pode ser considerado a ferramenta de maior possibilidade de efetiva participação da população no processo decisório, no que diz respeito à definição de prioridades para aplicação dos recursos públicos.

O Orçamento Participativo é também uma ferramenta de gestão, onde a população participa diretamente ou influencia na tomada de decisão no que diz respeito à definição de prioridades para aplicação dos recursos públicos.

Segundo Marta Rodrigues, em 2006, Coordenadora das ações de Desenvolvimento Regional, que coordenou a implantação do Orçamento Participativo na Cidade de Salvador – BA, “o Orçamento Participativo é um processo em que a população decide de forma direta onde e como deve ser gasto o dinheiro público, de acordo com os problemas levantados e definidos pelos Cidadãos”.

*“Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos da participação da comunidade. Estes processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação direta com o governo. No orçamento participativo retira-se o poder de uma elite burocrática repassando-o diretamente para a sociedade. Com isto a sociedade civil passa a ocupar espaços que lhes eram furtados”.*

*Fonte : Wikipedia, a enciclopédia livre.*

Com base no texto sobre Orçamento Participativo, em Wikipedia – a enciclopédia livre, temos que no Brasil os primeiros relatos de participação popular, com a presença de moradores organizados, em reuniões para definição de prioridades citam as cidades de Vila Velha no Espírito Santo e a cidade de Lages Santa Catarina, na década de 1970. Nos Anos 1980 a cidade de Porto Alegre é citada em muitas fontes como a referência mais forte de experiência estruturada de participação popular nas tomadas de decisões relacionadas ao orçamento municipal. Com a eleição do candidato do PDT Alceu Collares, a prefeitura de Porto Alegre apresentou uma administração com uma nova relação entre o poder público e os movimentos populares da cidade. Na gestão seguinte com a aliança entre PT e PCB, a cidade experimenta uma nova modalidade de gestão orçamentária chamada de Orçamento Participativo.

*“A experiência de orçamento participativo surgiu na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, na gestão Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989, como resultado da pressão de movimentos populares por participar das decisões governamentais.” (www.Wikipedia.com.br).*

*“O processo de construção do Orçamento Participativo e dos Conselhos Municipais, com a efetiva e crescente participação da comunidade, transformou-se no*

*elemento mais forte, mais rico e mais importante da administração Popular de Porto Alegre.” - Raul Pont.*

*Fonte : Wikipedia, a enciclopédia livre.*

Além das cidades já citadas anteriormente como Porto Alegre e Salvador, atualmente vemos o Orçamento participativo sendo replicado ou adaptado à realidade de diversas cidades do Brasil e do Mundo, seguem alguns exemplos com especificidades de cada cidade:

No Brasil podemos destacar cidades como Belo Horizonte em Minas gerais, onde recursos de internet são utilizados pelos moradores nas votações.

Na cidade de baiana de Alagoinhas está sendo praticado o Orçamento Participativo do Saneamento.

A cidade de São Paulo teve implementado nos anos entre 2001 e 2004 o Orçamento Participativo Criança, além de propiciar a facilidade de acesso a representantes de grupos sociais considerados vulneráveis (mulheres, indígenas, pessoas sem moradia, GLBT, pessoas com deficiência, jovens, idosos, crianças e adolescentes).

Na cidade de Fortaleza o modelo implantado seguiu a tendência do modelo executado em Porto Alegre, com a realização de plenárias populares, sendo a cidade subdividida territorialmente em 40 áreas, além da divisão específica para determinados segmentos sociais semelhantes ao citado no exemplo de São Paulo.

Na cidade de Montevideu no Uruguai, a participação popular ocorre com a descentralização das decisões não apenas orçamentárias, mais um espectro mais amplo de políticas públicas, através da eleição dos representantes dos conselhos de Vizinhos dos 18 Centros Comunais Zonais.

Na cidade de Buenos Aires são realizadas assembleias democráticas compostas por organizações da sociedade civil e os cidadãos, para a discussão das prioridades e outros temas de interesse popular, como espaço urbano, segurança pública, desenvolvimento sócio econômico, educação, meio ambiente, cultura e esporte. A sua formatação é bem parecida com a formatação do Orçamento Participativo de Montevideu.

As cidades de Barcelona e Córdoba na Espanha, Cuenca e Quito no Equador, Rosário na Argentina, a Região Toscana na Itália, San Salvador em El Salvador juntamente com as cidades brasileiras de Porto Alegre e Belo Horizonte participam do Sistema Internacional de Capacitação em Planejamento e Gestão Local Participativa, que é um programa internacional que visa à capacitação de cidadãos sobre práticas

participativas na administração municipal, auxiliando no fortalecimento e na implantação destes processos.

Em resumo a forma mais comum de aplicação do Orçamento participativo é realizado com a divisão territorial da cidade em sub-regiões, onde os cidadãos em organizações da sociedade civil discutem e elegem suas prioridades, que serão apresentadas em reuniões específicas para avaliação e verificação das possibilidades orçamentárias que são apresentadas pelos coordenadores do processo. A quantidade de regiões depende do tamanho e da acessibilidade da cidade. Desta forma são eleitas prioridades atingíveis que são encaminhadas em forma de indicação ao executivo para inclusão na LOA, e na sequência entram no planejamento para serem executadas. Na maioria dos casos as obras indicadas pelo Orçamento Participativo são acompanhadas de forma mais próxima pela população em geral, devido a identidade com aquela problemática, e pela percepção de terem seus anseios atendidos.

## **5 - Metodologia**

A metodologia utilizada no desenvolvimento do presente Trabalho foi composta por um levantamento de informações oriundas de duas fontes : A primeira com a pesquisa bibliográfica sobre as formas mais comuns de elaboração do orçamento Municipal e das cidades onde é praticado o Orçamento Participativo, e a segunda, foi através de entrevista realizada com o Chefe da seção responsável pela elaboração do Orçamento no Município, na qual foram coletados relatos sobre como está sendo elaborada atualmente a proposta orçamentária do Município, relatos estes que depois de compilados nos permitiu elaborar um memorial descritivo das etapas do atual processo de elaboração Orçamentária do Município.

Com base neste descritivo, foi possível comparar a forma de elaboração orçamentária do Município com a forma de elaboração adotada por outros municípios com características semelhantes.

Em seguida, analisando exemplos de cidades que adotaram com sucesso o sistema de participação popular na elaboração Orçamentária pôde-se propor de um modelo de orçamento participativo adaptado às características e realidade de cada uma das regiões do Município, bem como foi possível destacar os pontos e ações necessárias para a sua implementação.

Ao desenvolver o modelo proposto foi levado em consideração fatores como a distribuição populacional do Município, características geográficas das sub-regiões do Município, a atual organização popular existente e os possíveis recursos que possam ser aproveitados no processo de implementação do novo modelo.

Neste modelo proposto foram destacados do orçamento municipal os itens que ficam a cargo do corpo técnico da secretaria Municipal de Fazenda, bem como os itens que ficam a cargo das assembleias populares para discussão e definição de prioridades que, posteriormente ao processo de aprovação, serão incorporados ao documento final com a proposta de Lei Orçamentária.

## **6 – Organização Pública estudada**

A instituição objeto deste estudo, foi a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná.

### **6.1 – Descrição geral**

O Município de Foz do Iguaçu se localiza no extremo oeste do estado do Paraná, sendo o Município brasileiro que faz Fronteira simultaneamente com a cidade paraguaia de Ciudad del Este e com a cidade Argentina de Puerto Iguazu. Foz do Iguaçu possui 256.088 habitantes, de acordo com o Censo 2010 do IBGE.

A economia da cidade tem como fonte predominante de receitas, as oriundas de empresas do segmento do turismo.

A Prefeitura de Foz do Iguaçu tem sua estrutura administrativa dividida em:

Secretarias

Administração

Agricultura

Assistência Social

Assuntos Internacionais

Comunicação Social

Desenvolvimento Sócio Econômico

Educação

Esporte e Lazer

Fazenda

Gabinete do Prefeito  
Gestão de Pessoas e Política de Recursos Humanos  
Juventude  
Meio Ambiente e Obras  
Ouvidoria do Município  
Planejamento Urbano  
Procuradoria do Município  
Saúde  
Segurança Pública Municipal  
Tecnologia da Informação  
Turismo  
Autarquias  
Foztrans  
Fozprev  
Fozhabita  
Fundação  
Fundação Cultural

A prefeitura possui hoje em torno de 4.500 colaboradores.

Fonte: Secretaria de Fazenda da Prefeitura Municipal

## **6.2 – Diagnóstico – Situação Problema :**

Para levantamento das informações sobre a o atual sistema de elaboração Orçamentária no Município estudado, foi realizado entrevistas em duas reuniões realizadas no mês de Agosto de 2011, com o responsável pela Divisão de Planejamento e Programação Orçamentária (DVPPPO) da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, onde foi realizado um levantamento de informações que serviram de base para a elaboração da descrição detalhada da maneira como é elaborada atualmente o Orçamento Municipal em Foz do Iguaçu, inclusive descrevendo cada passo necessário à elaboração da peça orçamentária.

A Elaboração do Orçamento no Município de Foz do Iguaçu é realizada de forma a atender plenamente à legislação vigente. Inicialmente com a elaboração do Plano plurianual ( PPA ), na sequencia com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e por fim a elaboração da Lei Orçamentária anual (LOA).

---

**LEI MUNICIPAL Nº 3.729, DE 26/07/2010**

---

**Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA -, para o Exercício de 2011 e dá outras providências**

---

Em cumprimento ao que dispõe o [art. 165, § 2º, da Constituição Federal](#), a [Lei Complementar Federal nº 101](#), de 4 de maio de 2000, [Lei Federal nº 4.320](#), de 17 de março de 1964, e a [Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu](#), são estabelecidas nesta Lei as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2011...

---

Após o processo de elaboração e aprovação, a LOA é publicada em forma de lei municipal. Para o ano de 2011 temos :

---

**LEI MUNICIPAL Nº 3.776, DE 14/12/2010 - Pub. D.O.M nº 1.377, de 14/12/2010**

---

**Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de 2011.**

---

Mas para chegar a este ponto é necessário vencer uma série de etapas que envolvem a consolidação de informações de diversas fontes, as quais são centralizadas no Departamento de Planejamento Econômico, Orçamento e Gestão da Secretaria Municipal de Fazenda.

De uma forma prática e resumida, a elaboração do Orçamento no Município se resume, em definir as receitas e suas fontes, e as despesas previstas para o ano seguinte, isto para cada uma das secretarias, autarquias e fundação Cultural, que ao final do processo serão sintetizadas em um quadro resumo conforme extrato da lei **Nº 3.776, DE 14/12/2010** transcrita no Anexo A .

Para definição dos valores referente às **RECEITAS** são utilizados dados históricos, valores realizados até a data de elaboração do Orçamento Municipal, repasses, convênios, dados estatísticos dos últimos anos e projeções e índices diversos (PIB, IPCA, % inflação, etc), os quais são utilizados para estimar os valores das receitas que devem ser auferidas, que após um tratamento podem ser utilizadas como base para se estimar as receitas do seguinte.

Como fontes dos dados estatísticos, pode-se destacar institutos de aferição de índices econômicos, Banco Central, Tribunal de Contas, institutos de pesquisa e principalmente o banco de dados da própria Prefeitura.

Nesta etapa deve ser levado em conta eventos que alterem o fluxo de entradas para a Prefeitura como recebimentos no início do ano de alguns tributos como o IPTU e o IPVA e o no final do ano o ICMS e os possíveis REFIS / anistias concedidas pela administração pública.

Para o ano de 2011, foram catalogadas algo em torno de 180 fontes de recursos, que foram agrupadas nas categorias conforme descrito no quadro “ *ANEXO I – RECEITAS da LOA*” , transcrito no ANEXO A.

De posse da estimativa de receita para o ano seguinte, são levantadas as previsões de **DESPESAS** para o exercício seguinte.

Para definição das previsões de despesas são considerados os gastos previstos por todas as Secretarias Municipais, Autarquias, Fundação Cultural, além do Fundo de Previdência dos trabalhadores. Nestas previsões devem ser consideradas despesas referentes a todos os possíveis gastos, sejam com pessoal, impostos, materiais de consumo, gastos com investimentos, etc...

Quanto ao Setor responsável pela elaboração do Orçamento, a DVPPPO, temos o decreto:

**DECRETO Nº 17.488 DATA: 22 de dezembro de 2006.**

**DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA RELATIVA ÀS UNIDADES DE TERCEIRO NÍVEL HIERÁRQUICO, SUBORDINADAS AOS DEPARTAMENTOS, QUE PASSA A VIGORAR NA FORMA DO DISPOSTO NESTE DECRETO, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SIGLAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU.**

**SUPERVISÃO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - SGO**

**Atribuições:**

1. Supervisionar as atividades técnico-científicas desempenhadas pela Divisão de Planejamento e Programação Orçamentária - DVPPPO -, necessárias à elaboração da documentação de natureza orçamentária da administração direta e indireta no que diz respeito à forma e ao conteúdo; e
2. Propor estratégias necessárias ao controle, alterações e análise dos instrumentos de planejamento municipais, cuja elaboração está a cargo da DVPPPO, com vista a sua eficácia. ...

A DVPPPO utilizando a LDO, dados estatísticos, informações diversas como previsão de investimentos, despesas de custeio, etc., define um “rascunho” com uma sugestão das possíveis despesas para o ano seguinte de cada

Secretaria/Autarquia/Fundação, além de estimar os valores referentes a repasses ao fundo de aposentadoria dos servidores e da Câmara Municipal de Vereadores.

Cada Secretário Municipal, responsável por sua pasta, faz uma avaliação mais criteriosa de seus gastos para o exercício seguinte, e compara com o que foi sugerido neste primeiro momento pela DVPPPO, apresenta suas considerações e altera de acordo com suas necessidades, em consonância com as prioridades definidas pela administração Municipal. Após a definição por parte de cada Secretaria/Autarquia/Fundação, os dados são devolvidos para o DVPPPO para uma nova compilação e adequação, visto que o somatório das despesas não podem exceder os valores previstos para as receitas para o ano em questão. Desta forma ficam definidos os tetos de gastos e possíveis disponibilidades para cada Secretaria/Autarquia/Fundação.

Nesta etapa são também identificados os recursos que são atrelados a determinados usos, como recursos referentes a previdência, saúde e educação provenientes de repasses federais, os quais devem ser dispostos para atender as respectivas despesas nestas áreas, além da verificação de atendimento às exigências aos percentuais constitucionais obrigatórios, como por exemplo os percentuais mínimos para aplicação em saúde e educação.

De posse destes dados são elaborados relatórios, que são apresentados à população em Audiência pública. Na sequência a proposta da LOA é encaminhada até o dia 15 de setembro, para apreciação pela Câmara Municipal de Vereadores, que após a análise por parte das comissões encaminham para a avaliação em Plenário, propõem emendas ao orçamento e podem solicitar a realização de novas audiências públicas. Na sequência o projeto de Lei é devolvido ao Executivo até o dia 15 de dezembro para última avaliação, veto de emendas se for o caso, ou sanção, e posterior publicação em diário oficial. Durante o processo de elaboração da LOA para o exercício de 2011, foram apresentadas 96 emendas pelos vereadores, totalizando um montante de aproximadamente R\$ 3.000.000,00, sendo que muitas delas não poderiam ser propostas, pois em diversos casos os vereadores apontaram como fontes de receitas para atendimento a aquelas emendas, fontes de recursos que já estavam comprometidos de alguma forma, como por exemplo previsão de despesas de fornecedores que possuem contratos contínuos de prestação de serviços ao Município.

Em caso de não devolução por parte da câmara do processo da LOA, dentro do prazo previsto, o Executivo pode utilizar para o mês de janeiro o valor de 1/12 do valor previsto para o ano em exercício, para quitação das despesas do mês.

Após a publicação do Orçamento, o DVPPPO tem o prazo de 30 dias para apresentação da programação financeira de cada mês do ano em questão.

Após a publicação da LOA, fazem-se as devidas adequações na LDO e no PPA.

Para o ano de 2011, foi aprovada a autorização de remanejamento de até 2% do orçamento do executivo e de até 20% para o legislativo.

O Orçamento Municipal, se for bem elaborado, pode ser considerado uma grande ferramenta a ser utilizada no planejamento e gestão pelo Executivo Municipal.

Como vemos a participação popular no processo de elaboração do orçamento do Município de Foz do Iguaçu, se limita a presença em audiências públicas, que na maioria das vezes são apenas para expor o que já foi definido pelas equipes das secretarias municipais e também para atendimento à legislação vigente. Desta forma a população não se vê tão estimulada a participar do processo como um todo, principalmente pela sua falta de poder de decisão durante o processo.

*“Ao envolver a população na discussão e decisão sobre os investimentos e serviços prioritários para o município, a prefeitura democratiza o planejamento da cidade e cria espaços para que os cidadãos realmente exerçam o seu direito de participação.*”

*As experiências anteriores do OP nos mostram que a realização da democracia na prática não é apenas um sonho. Ela realmente acontece quando a administração cria os mecanismos para sua concretização e quando a população assume seu direito de participar das decisões.”*

Cartilha do Orçamento Participativo de Vitória – ES pag. 03

Além da realização das obras e investimentos que a população realmente quer e necessita, o Orçamento Participativo (OP) pode ser considerado um espaço de aprendizado e de exercício da cidadania.

*Por um lado, a população conquista o direito de se expressar e decidir, tornando-se a parte mais importante para a construção da cidade. Por outro lado, a administração municipal aprende a estar cada vez mais em sintonia com os anseios populares e tem a oportunidade de aplicar os recursos públicos com transparência e de maneira democrática. Ou seja, com o OP, todos ganham: os cidadãos e a prefeitura.”*

Cartilha do Orçamento Participativo de Vitória – ES pag. 05

A adoção de uma sistemática de Orçamento Participativo poderia fornecer um maior incentivo à população no que se refere a participação popular, bem como propiciar um maior contato da população com o processo de gestão orçamentária do Município, atuando na sua elaboração e também no acompanhamento de sua execução.

### **6.3 – Desenvolvimentos da proposta e plano de implantação**

Após analisar os diversos exemplos de cidades que aplicam de forma satisfatória o Orçamento Participativo como modalidade orçamentária, e comparando as características destas cidades com as características da cidade de Foz do Iguaçu, pode-se buscar um modelo de Orçamento Participativo que seja adequado ao Município. Levando-se em conta suas características de distribuição populacional, sua grande extensão territorial, e existência grande número de associações de moradores formalizadas, deve-se adotar a divisão da cidade em sub-regiões com características semelhantes para que os trabalhos de mobilização popular sejam facilitados. Neste caso serão consideradas as 12 regiões definidas pelo zoneamento Urbano Municipal em 2003, onde os 284 bairros serão agrupados, conforme apresentado no Anexo B.

Cada uma destas 12 Regiões deverá eleger pessoas que as representem junto ao Conselho Municipal de Orçamento Participativo a ser criado pela Prefeitura com a participação da população. Este conselho contará com a participação de técnicos da Prefeitura e representantes de cada uma das 12 regiões pré-definidas.

Para dar início a este processo e a fim de dar maior importância a esta iniciativa, deverá ser elaborado pelo Poder Executivo, e encaminhado à Câmara Municipal para aprovação, um projeto de Lei, onde se define e institui o Orçamento Participativo no Município, bem como o Conselho Municipal do Orçamento Participativo. Neste projeto de Lei estarão descritos os objetivos, atores envolvidos e suas respectivas responsabilidades, além dos prazos esperados para a sua implantação e início de atividades.

Após a concluída a fase de atendimento às exigências legais, serão realizadas reuniões em cada uma das regiões, onde a população poderá eleger seus representantes junto ao Conselho do Orçamento Participativo. Estes representantes terão a função de

levantar, nas assembleias do Orçamento Participativo, as demandas que serão elencadas pela população e prioriza-las, gerando uma relação de atividades que atendem aos princípios básicos da coletividade, além do fato de que esta relação de atividades deva sempre buscar uma condição de igualdade no atendimento aos anseios da população. Por exemplo se em uma determinada região foi solicitada no bairro “A” o calçamento de uma de suas vias principais, esta solicitação deve ter um “peso” maior que outra solicitação do bairro ”B” de construir uma arena poliesportiva. Mas é necessário também considerar que no “Pacote Final das Obras e Serviços”, todos os bairros sejam contemplados de alguma forma, vindo a receber alguma obra ou serviço, solicitado pela população.

Após compiladas as informações, estas deverão ser encaminhadas pelos representantes para as “plenárias do Orçamento Popular”, que são reuniões onde os técnicos da Prefeitura e os representantes de cada região sentam e cruzam informações de valores previstos para as atividades que poderão ser indicadas pela população e definem a viabilidade. Estas plenárias devem ser realizadas até que se obtenha um consenso entre os participantes, para que na sequência seja realizada a Reunião do Conselho do Orçamento Participativo, para aprovação da proposta final onde constarão as atividades sugeridas pela população, que serão incluídas na proposta orçamentária Municipal.

Tomando como exemplo o orçamento Municipal de 2011, elaborado em 2010, de um total de receitas previsto de aproximadamente, R\$ 470 milhões, e despesas previstas para a Secretaria de Obras e Meio Ambiente da ordem de R\$ 44 milhões, poderíamos destacar algo em torno de R\$ 2 milhões, que foi o valor levantado junto a Secretaria de Fazenda, gasto com obras e serviços de investimentos e/ou manutenções nos bairros, valor este que poderia ter sido indicado pelo OP. De início parece um valor pequeno em relação ao Orçamento total, ou em relação ao Orçamento da Secretaria de Obras e meio ambiente, mas cabe ressaltar que nem todo tipo de despesa pode ter sua forma de aplicação alterada por vontade direta da população, temos diversos exemplos como as despesas com folha de pagamento, algumas despesas na área da Saúde e da Educação, despesas de consumo como material de escritório, contas de água luz e telefone, etc.. Mas com a consolidação do Orçamento Participativo, no decorrer do tempo pode haver uma ampliação desta margem de aplicação dos recursos a serem

definidos pelo Orçamento Participativo, ampliando as oportunidades de participação popular nas definições de aplicação de recursos em diversas áreas, como saúde, educação, cultura, assistência social, etc...

## **6.4 – Recursos Necessários**

Para desenvolvimento desta proposta serão necessários recursos humanos, materiais, de logística, tecnológicos, etc... além do uso de estruturas físicas para realização das reuniões nos bairros, que podem ser as atuais sedes das associações de moradores de alguns bairros.

De uma forma mais detalhada, podemos destacar como principais recursos a serem disponibilizados :

Recursos Humanos : Técnicos da Secretaria Municipal de Fazenda que já trabalham com o orçamento Municipal podem ser de vital importância para gerenciar o processo, Técnicos Secretaria Municipal de Comunicação Social para as atividades de divulgação e organização dos espaços das reuniões, Representantes da Secretaria Municipal de Governo para mobilização popular e de seus representantes, Técnicos da Secretaria Municipal de Gestão de pessoas para efetuar a Qualificação dos participantes, além das pessoas que representarão a população no processo de Implantação do Orçamento Participativo.

Recursos Materiais : Serão necessários a produção de material de divulgação, bem como equipamentos de informática e equipamentos audio-visuais para realização das reuniões.

Quanto a estrutura física necessária à realização das reuniões, podemos citar as sedes das associações de moradores dos bairros, bem como alguns espaços públicos destinados a realizações de assembleias e reuniões.

Se considerarmos o ponto de vista do investimento financeiro necessário a implantação desta proposta, vemos que, com a utilização de pessoal da própria Prefeitura e líderes comunitários, as maiores parcelas financeiras ficarão por conta da elaboração das campanhas e com a confecção dos respectivos materiais de divulgação.

## **7 – Resultados Esperados**

Os resultados esperados ao final do processo, é uma proposta para implantação do Orçamento Participativo por parte do Município, bem como a participação ativa e crescente da população no processo de elaboração da lei Orçamentária Municipal.

Em anexo (Anexo B) é apresentada uma relação de regiões e relação de alguns bairros que as compõem, dando uma noção dos limites de cada uma das 12 regiões, além da estimativa de distribuição de população em função do total de habitantes divulgado no último Censo demográfico do IBGE realizado em 2010, mantendo os percentuais de distribuição de população divulgados pela Prefeitura Municipal em 2003.

Na sequência é apresentada uma listagem dos bairros que possuem associações de moradores formalizadas e organizadas, com líderes comunitários eleitos pelos moradores (Anexo C).

Estes dados serão de vital importância para a realização do planejamento de implantação e desenvolvimento do Orçamento Participativo.

É apresentado também um Cronograma, com as etapas necessárias, com as datas estimadas para que em Setembro a Prefeitura possa realizar a audiência pública de apresentação do projeto de Lei com a LOA, e posterior encaminhamento para a câmara de vereadores para aprovação (Anexo D).

## **8 – Riscos e Problemas Esperados e Medidas Preventivo-Corretivas**

Como principais riscos e medidas preventivo-corretivas que podemos encontrar neste processo de implantação do Orçamento Participativo, podemos citar :

- *Descontinuidade do processo de participação popular na elaboração orçamentária* - Situação esta que pode ser evitada com a real participação e acompanhamento por parte da população, câmara de vereadores e dos meios de comunicação, exigindo a continuidade e *crescimento deste processo.*

- *Baixa participação popular no processo gerando desinteresse em manutenção da modalidade de Orçamento* – Este risco pode ser minimizado principalmente na fase de lançamento do Orçamento Participativo através das campanhas de divulgação, bem como a maciça divulgação dos trabalhos realizados e dos resultados obtidos com a aplicação dos recursos indicados pelo Orçamento Participativo.
- *Ausência de interesse em utilização do modelo por parte do Executivo* – A mobilização popular através das associações de moradores solicitando a implantação do Orçamento Participativo valendo-se também dos meios de comunicação pode ser de fundamental importância para a sensibilização do Executivo Municipal neste processo.

## **9 – Conclusão**

O Orçamento Participativo é uma modalidade que pode ser implantada em Municípios de diversos tamanhos e de qualquer região do País, e neste trabalho procuramos mostrar como isto pode ser feito para o Município de Foz do Iguaçu - PR, que atualmente tem sua elaboração orçamentária elaborada de forma praticamente centralizada por parte da prefeitura.

Acreditamos que com a participação da população neste processo, todos tendem a ganhar, visto que os anseios da população serão, de certa forma, mais atendidos em determinadas áreas, bem como a população poderá ter a possibilidade de participar diretamente da decisão sobre a aplicação de recursos nas localidades onde vivem. Em contrapartida a Prefeitura passa a ter a população mais próxima do governo, fazendo realmente parte do processo de administração do Município.

O simples fato da ampliação da participação popular nos processos da administração pública contribuem para o fortalecimento do processo democrático e amadurecimento da sociedade.

Pode-se constatar também também que para a implantação desta modalidade orçamentária não são necessários grandes investimentos financeiros, visto que a Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu possui atualmente um corpo técnico bastante

qualificado, que pode englobar as demandas adicionais oriundas da alteração da modalidade orçamentária.

Durante as conversas com os responsáveis pelo setor de elaboração orçamentária, pode-se ter uma noção do comprometimento e da qualificação técnica da equipe, sendo isto uma condição facilitadora para um futuro processo de implantação do Orçamento Participativo.

Em suma, vemos na possibilidade de implantação do Orçamento Participativo pelo Município de Foz do Iguaçu, uma oportunidade de estar se aliando a um grupo de Municípios do Brasil de outras Localidades do Mundo, que trilham o caminho de valorização do processo democrático de renovação dos conceitos da Administração Pública.

## 10 - Anexos

### 10.1 - ANEXO A : Extrato da lei Nº 3.776, DE 14/12/2010 :

*A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Esta Lei Estima a Receita do Município de Foz do Iguaçu para o Exercício Financeiro de 2011, no montante de R\$ 470.910.338,00 (quatrocentos e setenta milhões, novecentos e dez mil e trezentos e trinta e oito reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do [§ 5º, art. 165 da Constituição Federal do Brasil](#) e do [§ 3º, art. 108 da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu](#):

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus órgãos, Fundação, Autarquias e Fundos;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo o Instituto de Previdência do Município de Foz do Iguaçu - Fozprevidência.

**Art. 2º** A Receita Total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 470.910.338,00 (quatrocentos e setenta milhões, novecentos e dez mil e trezentos e trinta e oito reais), discriminada na forma do Anexo I, sendo a receita de cada Orçamento correspondente a:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 432.160.338,00 (quatrocentos e trinta e dois milhões, cento e sessenta mil e trezentos e trinta e oito reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 38.750.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil reais).

#### ANEXO I - DAS RECEITAS

1 - RECEITAS DO TESOURO	Valores em Reais
1.1 - Receitas Correntes	R\$ 394.189.779,00
1.1.1 - Receita Tributária	R\$ 76.819.250,00
1.1.2 - Receita de Contribuições	R\$ 12.485.400,00
1.1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 31.802.320,00
1.1.4 - Receita de Serviços	R\$ 53.000,00
1.1.5 - Transferências Correntes	R\$ 283.956.000,00
1.1.6 - Outras Receitas Correntes	R\$ 19.887.826,00
1.1.7 - Deduções da Receita - Formação do FUNDEB	R\$ (30.814.017,00)
1.2 - Receitas de Capital	R\$ 28.391.459,00
1.2.1 - Alienação de Bens	R\$ 120.000,00
1.2.2 - Operações de Crédito	R\$ 27.877.459,00
1.2.3 - Transferências de Capital	R\$ 394.000,00
<b>Total (1.1 + 1.2)</b>	<b>R\$ 422.581.238,00</b>
<b>2 - RECEITA PRÓPRIA DA FUNDAÇÃO</b>	<b>R\$ 200.000,00</b>
2.1 - Fundação Cultural de Foz do Iguaçu	
<b>Total (2.1)</b>	<b>R\$ 200.000,00</b>
<b>3 - RECEITAS PRÓPRIAS DAS AUTARQUIAS</b>	
3.1 - Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu	R\$ 5.410.000,00
3.2 - Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu	R\$ 3.969.100,00
<b>Total (3.1 + 3.2)</b>	<b>R\$ 9.379.100,00</b>
<b>Total da Receita do Orçamento Fiscal</b>	<b>R\$ 432.160.338,00</b>
<b>4. - RECEITAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	
4.1 - Receitas Correntes	R\$ 20.900.000,00
4.1.1 - Receitas de Contribuições	R\$ 14.000.000,00
4.1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 4.500.000,00
4.1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 2.400.000,00
4.2 - Receitas Correntes Intraorçamentárias	R\$ 17.850.000,00
<b>TOTAL DA RECEITA (4.1 + 4.2)</b>	<b>R\$ 38.750.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA - ORÇAMENTO FISCAL E ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>R\$ 470.910.338,00</b>

**Art. 3º** O total fixado nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 470.910.338,00 (quatrocentos e setenta milhões, novecentos e dez mil e trezentos e trinta e oito reais), distribuído entre os órgãos orçamentários conforme o Anexo II, sendo a despesa de cada Orçamento correspondente a:

**I** - Orçamento Fiscal: R\$ 432.160.338,00 (quatrocentos e trinta e dois milhões, cento e sessenta mil e trezentos e trinta e oito reais);

**II** - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 38.750.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil reais).

## ANEXO II - DAS DESPESAS

<b>a) Despesas do Orçamento Fiscal</b>	<b>Valores em Reais</b>
<b>I - Poder Legislativo</b>	R\$ 15.000.000,00
01 Câmara Municipal	R\$ 15.000.000,00
<b>II - Poder Executivo</b>	R\$ 388.114.322,46
02 Gabinete do Prefeito	R\$ 729.000,00
03 Procuradoria Geral do Município e Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	R\$ 7.211.500,00
04 Secretaria Municipal de Governo	R\$ 1.711.000,00
05 Secretaria Municipal da Juventude, Trabalho e Antidrogas	R\$ 1.286.400,00
06 Secretaria Municipal da Administração	R\$ 7.080.000,00
07 Secretaria Municipal da Fazenda	R\$ 33.499.643,46
08 Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 16.759.260,00
09 Secretaria Municipal da Educação	R\$ 94.621.999,25
10 Secretaria Municipal da Saúde	R\$ 126.639.599,75
12 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Obras	R\$ 43.903.376,54
13 Secretaria Municipal de Turismo	R\$ 4.920.000,00
14 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico	R\$ 1.336.000,00
15 Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	R\$ 1.480.000,00
16 Secretaria Municipal de Cooperação para Assuntos de Segurança Pública	R\$ 15.515.000,00
17 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	R\$ 5.972.456,54
18 Encargos	R\$ 4.206.000,00
19 Secretaria Municipal de Comunicação Social	R\$ 824.000,00
20 Secretaria Municipal de Agricultura	R\$ 1.722.000,00
21 Secretaria Municipal de Assuntos Internacionais	R\$ 410.000,00
22 Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação	R\$ 1.573.543,46
23 Controladoria Geral do Município	R\$ 220.000,00
24 Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Políticas de RH	R\$ 16.293.543,46
99 Reserva de Contingência	R\$ 200.000,00
<b>Total I + II</b>	<b>R\$ 403.114.322,46</b>
<b>III - Despesas das Fundações</b>	R\$ 2.750.000,00
30 - Recursos Próprios da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu	R\$ 200.000,00
Recursos da Administração Direta - Repassados à Fundação Cultural de Foz do Iguaçu	R\$ 2.550.000,00
<b>IV - Despesas das Autarquias</b>	R\$ 26.296.015,54
40 - Recursos do Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu – FOZTRANS	R\$ 5.721.456,54
40 - Recursos Próprios do Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu - FOZTRANS	R\$ 5.410.000,00
Recursos da Administração Direta - Repassados ao Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu - FOZTRANS	R\$ 311.456,54
40 - Recursos do Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu – FOZHABITA	R\$ 20.574.559,00
40 - Recursos Próprios do Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu - FOZHABITA	R\$ 3.969.100,00

Recursos da Administração Direta - Repassados para o Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu - FOZHABITA	R\$ 16.605.459,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS - ORÇAMENTO FISCAL</b>	<b>R\$ 432.160.338,00</b>
Despesas do Orçamento da Seguridade Social - FOZPREVIDÊNCIA - Instituto de Previdência do Município de Foz do Iguaçu	R\$ 38.750.000,00
Recursos Próprios do FOZPREVIDÊNCIA - Instituto de Previdência do Município de Foz do Iguaçu	38.750.000,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS - ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>38.750.000,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS - ORÇAMENTO FISCAL E ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>R\$ 470.910.338,00</b>

**Art. 4º** Fica ...

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011.

*Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 14 de dezembro de 2010.*

...

## 10.2- ANEXO B :

<b>DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU (Ano 2003 x Ano 2010), EM FUNÇÃO DAS REGIÕES E QUANTITATIVO POPULACIONAL</b>			
REGIÃO	Núm. Habitantes (2003)	%	Distribuição estimada com base no Censo 2010
<b>R1 – REGIÃO DAS TRÊS LAGOAS</b> <i>(Sol de Maio, Vasco da Gama, Santa Rita, Vila Miranda, Tucuruí...)</i>	27.124	9,7%	24.841
<b>R2 – REGIÃO DA VILA “C”</b> <i>( São Sebastião, Porto Belo, Jardim Itaipu, Jardim Califórnia...)</i>	34.952	12,5%	32.011
<b>R3 – REGIÃO DO SÃO FRANCISCO</b> <i>( Portal da Foz, São Rafael, Vila Borges, 1º de Maio, Cohapar III...)</i>	45.298	16,2%	41.512
<b>R4 – REGIÃO DO PORTO MEIRA</b> <i>(Ouro Verde, Vila Adriana e II, Profilurb I,II, Jd. Polônia, Vila Shalon...)</i>	37.469	13,4%	34.316
<b>R5 – REGIÃO DO JARDIM SÃO PAULO</b> <i>( Jd. São Paulo, Dom Pedro I, Jd. Niterói, Jd. Copacabana...)</i>	16.498	5,9%	15.109
<b>R6- REGIÃO DO JARDIM AMÉRICA</b> <i>(Jd. Jupira, Vila Portes, Brasília, Vila Paraguaia, Jd. Central...)</i>	14.820	5,3%	13.573
<b>R7 – REGIÃO DO IMPERATRIZ</b> <i>(PQ. Imperatriz, Pilar Pq. Campestre, Jd. das Palmeiras, Jd. Lancaster...)</i>	15.379	5,5%	14.085
<b>R8 – REGIÃO AKLP</b> <i>(Vila B, Vila A, Petrópolis, Aporã, Curitibaanos, Jd. Ipê....)</i>	25.166	9,0%	23.048
<b>R9- REGIÃO CENTRAL</b> <i>(Centro, Vila Maracanã, Vila Yolanda, Vila Bom Jesus, Jd. Naipi...)</i>	33.554	12,0%	30.731
<b>R10 – REGIÃO DO CAMPOS DO IGUAÇU</b> <i>(Campos do Iguaçu, Jd. Alice I e II, Pr. Presidente, Conj. Libra I,II,III e IV..)</i>	22.370	8,0%	20.487
<b>R11 – REGIÃO DA VILA CARIMÃ</b> <i>(Vila Carimã, Jd. Novo Horizonte, Jd. Cataratas, Lot.Dona Amanda...)</i>	4.194	1,5%	3.841
<b>R12 – REGIÃO RURAL</b> <i>(Lote Grande, Aparecª, Arroio Dourado, Remanso Grande, VI Bananal...)</i>	2.796	1,0%	2.561
<b>NÚMERO DE BAIROS: 284</b>	279.620	100,0%	<b>256.088</b>

Fonte : Adaptado pelo autor utilizando o site da PMFI e dados do Censo do IBGE de 2010.

### 10.3 - ANEXO C

#### Relação de entidades/associações de moradores filiadas a União Municipal das Associações de Moradores de Foz do Iguaçu

AKLP	Jardim Ana Cristina
Ademufi	Jardim Bandeirantes
Anita Garibaldi	Jardim Bourbon
Aporã	Jardim Califórnia
Aprocifi-ass.Pro.Cidadania de Foz	Jardim Canadá 1
Associação de Trabalhadores Rurais	Jardim Canada 2
Bairro Ouro Verde	Jardim Central
Bela Vista Sul	Jardim Claudia
Belvedere 1 e 2	Jardim Colombéli
Berverly Fall's Park	Jardim Copacabana
Clube de Mães do Jardim America	Jardim Curitiba 4
Clube de Mães Profilurb 1	Jardim Curitiba 1, 2 e 3
Campos do Iguaçu Margem Direita	Jardim das Flores 1
Campos do Iguaçu Margem Esquerda	Jardim das Flores 2
Carimã	Jardim das Palmeiras 1
Cidade Nova 1	Jardim Dona Fátima 1,2 e Dom Miguel
Cidade Nova 2	Jardim Dourado
Cohapar 2	Jardim Europa
Cohapar 3	Jardim Guarapuava
Cohiguaçu	Jardim Ipanema
Conjunto Residencial Imperatriz	Jardim Ipê
Conjunto Residencial Plaza Foz	Jardim Italia
Conjunto Witt	Jardim Itaipu e Florença
Comunidade Rural Sanga Funda	Jardim Jupira
Jardim Alice 1 e 2	Jardim Nacional
Jardim Barbara	Jardim Lancaster 3 e 4
Jardim Naipi	Santo Antônio
Jardim Manaus	São Miguel
Jardim Panorama	São Roque
Jardim Paraná	São Sebastião
Jardim Primavera (3525-2262)	Sohab 1
Jardim São Paulo	Sol de Maio
Jardim Três Pinheiros	Tarobá
Jardim Vitória	Três Bandeiras
Lote Grande	Três Lagoas
Morenitas	Tropical
Morumbi 2	União Sul - Adriana 2 e Boa Esperan.
Morumbi 3	Veraneio
Parque Imperatriz	Vila Adriana, Eliza 2 e Santa Cecília
Parque Presidente 1	Vila Aparecida
Parque Presidente 2	Vila Borges - Santa Rita
Pilar Parque Campestre	Vila "C" Nova
Pilarzinho	Vila "C" Velha
Portal da Foz 1	Vila das Batalhas
Portal da Foz 2	Vila Independente
Porto Belo	Vila Independente 2
Primeiro de Maio	Vila Maracanã, Bom Jesus Esmeralda e Matilde
Profilurb 1	Vila Militar
Profilurb 2	Vila Miranda
Remanso Grande	Vila Resistência
Sanga Funda	Vila Rural Alto da Boa Vista
Santa Rita	Vila Shalon
Santa Rosa	Vila Yolanda

Fonte : UMAMFI (União das associações de Moradores de Foz do Iguaçu).



## 11 – Referências Bibliográficas

Sites diversos:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

<http://www.camarafoz.pr.gov.br/>

<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>

[www.novasinapse.com](http://www.novasinapse.com)

[www.scielo.br](http://www.scielo.br)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Orçamento\\_participativo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Orçamento_participativo)

Livros:

CHIAVENATTO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARANALDO, D. Estratégia para a competitividade. São Paulo: Produtivismo, 1989.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Além da Hierarquia – Como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta. São Paulo: Atlas, 1995.

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental – um enfoque administrativo. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAURO, Elizabeth et al. Lei de responsabilidade fiscal: estudo em grupos de aprendizagem. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Participação Cidadã nas Políticas Públicas. IN: **Participação Cidadã: Novos Conceitos e Metodologias**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2004. 168 p.

Cartilhas :

Prefeitura Municipal de Osasco - SP - Cartilha do Orçamento Participativo, 2011, em :

<http://www.osasco.sp.gov.br/op/>

Prefeitura Municipal de Vitória – ES - Cartilha do Orçamento Participativo, 2009 em

[http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20090922\\_cartilha\\_op\\_2010\\_2011.pdf](http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20090922_cartilha_op_2010_2011.pdf)

Artigos :

- RAMILLO, Daniel Vinícius de Andrade – 2010, A gestão participativa como modelo de gestão. Uma abordagem acerca da utilização da Gestão Participativa como uma ferramenta que possibilita ao Gestor, aplicar Recursos, controle de colaboradores, entre outras utilidades dentro da categoria de Modelo de Gestão.
- Rodrigues, Marta – 2006, Entrevista : Orçamento Participativo em Salvador/BA, ao Portal Gestão Social , da CIAGS - Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, Salvador/BA, em : <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/noticias/entrevistas/entrevista.2006-01-20.8559163906>
- Orsi, Fábio Chagas – 2001 – Orçamento Participativo: Uma Metodologia em Ascensão , em [www.economiabr.net](http://www.economiabr.net)
- Orçamento Participativo – novo paradigma para administração pública, em [www.novasinapse.com](http://www.novasinapse.com)
- Prá, Jussara Reis – 2003 - Orçamento participativo revistado - Revista de Sociologia e Política, Curitiba.
- Luchman, Lígia Helena Hahn - 2007, Participação e representação nos Conselho Gestores e no Orçamento Participativo , Artigo Resultado parcial da Pesquisa “ Participação e exclusão nos conselhos Gestores e Orçamentos Participativos/SC” .
- Peres, Úrsula – 2006 – Controle Social do Orçamento , em [www.fpa.org.br](http://www.fpa.org.br)
- PMPA (Prefeitura Municipal de Porto alegre) - 2001, Regimento interno do Orçamento Participativo.
- Ferreira, Carolina da Silva e Santos, Clézio Saldanha dos - 2008 - Uma breve comparação ente modelos de participação popular : Orçamento Participativo e Governança Solidária na Prefeitura Municipal de Porto alegre em: [www.thefroolibrary.com](http://www.thefroolibrary.com)
- Gugliano, Alfredo Alejandro; Veneziano, Alicia; Maurich, Mario Ricardo e Loeck, Robson - Análise comparada dos Modelos de Orçamento Participativo em Porto alegre, Montevideu e Buenos Aires – 2005.
- Uchôa, Marcelo de – 2006 - O Orçamento Participativo e a Experiência em Fortaleza.

- Andrade, Nilton de Aquino; Galente, Celso e Zolet, Roberto - 2005 – O Orçamento Municipal e a sua participação nos resultados da Contabilidade Pública, em: [http://servgruposim.gruposim.com.br/niltonandrade/index.php?option=com\\_content&task=view&id=44&Itemid=61](http://servgruposim.gruposim.com.br/niltonandrade/index.php?option=com_content&task=view&id=44&Itemid=61)
- Gomes, Gesseane Fosneca – 2011, Gestão Orçamentária Participativa dos Municípios, Uberaba – MG , em : [www.boletimjuridico.com.br](http://www.boletimjuridico.com.br)
- PMPA – Sistema Intermunicipal de Capacitação em Planejamento e Gestão Local Participativa, em [www2.portoalegre.rs.gov.br](http://www2.portoalegre.rs.gov.br) – 2011.
- Gomes, Lucinda Pimental, 2005, HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO, Texto publicado no Informativo Mensal do CRA/CE, CRA em Ação, Ano 1 - Nº 07Agosto/Setembro de 2005 - Texto extraído do original da autora.
- PINTO, Renata de Sousa. A democracia antiga e a moderna. *Prim@facie*, João Pessoa, ano 2, n. 3, p. 57-67, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.ccej.ufpb.br/primafacie>.